



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

MAIO DE 1995
Nº 79



O Brasil atravessa um dos momentos mais graves da sua história. Os defensores do neoliberalismo querem impôr aos brasileiros, a qualquer preço, mudanças econômicas, políticas e sociais que vão levar, sem dúvida, à desintegração do Estado Brasileiro, ao controle total da nossa economia por capitais internacionais e ao desmantelamento da Nação. É hora, portanto, de unir esforços para dizer não. Não à entrega do nosso patrimônio mineral, não à liquidação das empresas nacionais que ainda conseguem sobreviver, não à revogação dos monopólios que preservam áreas estratégicas. Para agravar este processo perverso, a mídia, empenhada na campanha pela revogação do monopólio constitucional do petróleo, vem colocando a questão para a opinião pública de forma superficial, tendenciosa, irresponsável e antidemocrática. Neste momento difícil, precisamos da colaboração de todos os companheiros no sentido de levar a verdade aos cidadãos brasileiros, que têm o direito constitucional à informação correta e isenta. Por isso, solicitamos o máximo empenho de todos na divulgação junto à imprensa local, jornais de sindicatos e associações, enfim à comunidade em geral, dos artigos publicados neste boletim. Todos refletem as opiniões isentas e democráticas dos que lutam pelas causas sociais, pela manutenção da tão ameaçada Soberania Nacional.

VERISSIMO

Beijo na Boca

Diz a lenda que o presidente Geisel chorou depois de anunciar a primeira quebra do monopólio da Petrobras, quando seu governo admitiu os contratos de risco. É difícil imaginar o taciturno general chorando, mas a emoção seria compreensível. O nacionalismo militar recuava num dos seus pontos de honra, na questão que definia as posições de uma geração. O velho soldado deve ter sentido que traía, um pouco, a si mesmo. Na sua entrevista coletiva da semana passada, Éfe Agá lembrou que também lutou nas ruas pela Petrobras, mas que o monopólio sobrevivera à sua serventia e precisava acabar. Não se notou no seu rosto qualquer compunção por convicções perdidas. De Geisel a Éfe Agá foram vinte anos, o suficiente para que o assunto ficasse menos emocional. A Petrobras, afinal, vai ser derrotada pela idade e pelo senso prático. Esses sinônimos de desistência que passam por sabedoria e transformam ideais da juventude em bobagem nostálgica.

"O petróleo é nosso!" "Entreguismo não!" As palavras ainda ecoam, mas como os sons de uma guerra remota e vagamente ridícula. O campo de batalha agora é uma plantação de couve, o limo cobre as ruínas e não há nem um corpo à vista. Pelo que se guerreava mesmo? O que aconteceu para que os ideais de ontem virassem ingenuidade e a resistência de Geisel

e Éfe Agá e suas respectivas turmas virassem desistência? Mudaram as circunstâncias, certo. A era Vargas do empreendimento estatal acabou, o nacionalismo é um estorvo anacrônico, a moda é a globalização das economias e a esquerda, como o bambolê e o cabelo abotoado, virou uma esquisitice antiga. Mas sobra a desconfiança de que, simplesmente, nos ganharam no cansaço. A luta pelo petróleo é pesadíssima, não se resistiu a pouco quando se manteve a Petrobras. Foi uma defesa heróica. O inimigo só não sabia que estava usando a tática errada. Bastava esperar a passagem do tempo e o envelhecimento dos heróis. Em vez de forçar a entrada, agora pode bater na porta, se apresentar como Bom Senso, vulgo Modernidade, e levar o que quer. Nos ganharam na conversa.

Restaria à Petrobras, como defesa, seu valor simbólico. Um pouco como o beijo na boca que as prostitutas negam, a não ser para o amor verdadeiro. Entregaríamos tudo menos a Petrobras. Um contra-senso que só serviria para nossa moral íntima, para demarcarmos a nossa mínima área de respeito próprio. Ou uma boba homenagem ao que já fomos. Mas dizem que nem as prostitutas fazem mais isso.

Jornal do Brasil, 21/02/95

Que é, afinal, flexibilização?

Flexibilização, palavra da moda. Que é flexibilização? É o ato de flexibilizar, ora essa. E que é flexibilizar? É tornar flexível, que novidade. E flexível, que é? A essa altura vamos ao dicionário para tentar resolver qualquer dúvida. Consultamos o pai-dos-burros - vários deles, daqui e do estrangeiro, pois a burrice não tem pátria.

Flexível vem do latim *Flexibilis*. Significa fácil de dobrar ou curvar, sem quebrar ou curvar, sem quebrar, arqueável, vergável; maleável, domável; ágil, suave, doce, submisso. Em sentido figurado pode significar complacente, acomodativo, dócil; e flexibilidade pode equivaler a subserviência, bajulação, servilismo.

No mesmo sentido, diz o Robert, entende-se em francês como *flexible* aquilo que cede facilmente às impressões e às influências; que se acomoda prontamente às circunstâncias. Segundo o Webster, em inglês a mesma palavra significa o que não é totalmente rígido; o tratável, manejável, como na expressão "caráter flexível". Não encontramos *flexibilization*, o que honra a capacidade brasileira de inventar palavras, já que no Vocabulário Brasileiro da Língua Portuguesa, da Academia de Letras, pelo qual foi responsável mestre Antonio Houaiss, não consta *flexibilização*.

Pesquisa encerrada, ufa! Mas, afinal, que é flexibilização? Ficamos meio perdidos. Talvez nos valesse o recurso de datar a palavra, mas não encontro elementos hábeis. Apenas ouvi dizer que o lançamento do termo coube ao professor Bresser Pereira, ainda antes de ser ministro da Fazenda. Foi ele o divulgador da expressão "imperialismo mitigado", do que bem me lembro, e me pareceu, na época, uma delícia.

Hoje, flexibilização tem livre curso no linguajar dos meios de comunicação, dos políticos e do governo. Entretanto, ninguém se preocupou em explicar à plebe ignara o sentido exato em que está empregado o termo.

"Flexibilização é, na verdade, um eufemismo. Ou seja, a substituição da palavra própria por outra mais agradável, mais suave, mais palatável. As pessoas bem-educadas são grandes consumidoras de eufemismos. Em vez de morto, dizem falecido ou desaparecido; em vez de tomou um porre, abusou do álcool; em vez de falido, mal de finanças. Essas pessoas falam sempre na base do politicamente correto. Assim, não dizem quebra, mas flexibilização dos monopólios, complementando com joint-ventures, reengenharia, terceirização etc. Um luxo.

Haja delicadeza, para não chocar. Haja, sobretudo, inventiva semântica. Assim a astúcia marca pontos e enrola os famosos nefelibatas, cujas atenções estão voltadas para pequenos sonhos consumistas, como no caso do ágio dos automóveis.

Um dado fundamental é que a flexibilização envolve sempre um negócio e se traduz em cifras. Pode ser um bom negócio, ou um mau negócio. Na medida em que o bolo é recoberto com glacê de belas palavras, diminui o pé-atrás do nativo, que é o legítimo dono da coisa. No caso das privatizações, por exemplo, dizem que não se trata, absolutamente, de torrar tudo a preço de banana para fazer caixa, mas apenas

de flexibilizar. Docemente, só um pouquinho. Não dói, não traz dano irreparável ao patrimônio nacional. É como se fosse uma troca, um escambo, uma barganha, como se dizia dos negócios de antigamente, na roça, sem qualquer sentido pejorativo.

Deve haver nas confabulações preparatórias de certos grandes negócios uns quantos assessores especiais em matéria semântica, magos da manipulação verbal, que têm como tarefa afastar o caráter repelente de vocábulos por demais rudes e produzir, em lugar deles, um sedutor canto de sereia. É o caso dessa flexibilização que nos vêm servindo em doses maciças na véspera da revisão constitucional, com molho de nhenhenhém.

Convém estar atento diante dessas mágicas. Há coisas que podem ser negociadas - desde que, no mínimo, quem as possui ou é, no governo, responsável por elas, saiba fazer um negócio. Mas outras há que não têm preço, porque se confundem com a própria essência da soberania nacional.

Neoliberalismo - O presidente Fernando Henrique Cardoso não gostou do rótulo de neoliberalismo lançado contra a política que executa no governo. É compreensível, porque esse termo tomou um sentido altamente depreciativo. Mas pode se tornar mais brando, caso em que FHC não precisaria se zangar. Homem de pensamento, expositor de idéias e doutrinas na cátedra e no livro, ele se vê atualmente atropelado pela pressa das entrevistas e dos discursos para assembléias interessadas nos aspectos imediatos de política e da economia. Como hoje estou dado a consultas lexicográficas, recorro ao Dicionário de Ciências Sociais, da Unesco-FGV. Ali, no verbete neoliberalismo, é feita uma exposição menos polêmica do assunto, com a qual o presidente poderia, sem desdouro, se identificar.

Transcrevo: "O termo neoliberalismo designa uma doutrina que aspira a renovar certas posições do velho liberalismo, mas permanecendo fiel às raízes do mesmo." Trata-se de retirar do liberalismo "sua excessiva carga de abstração e de individualismo difuso, depurando-o mediante a incorporação da experiência social". Assim, o neoliberalismo "continua achando insubstituível a iniciativa individual que cria a economia de mercado", mas "não desconhece a diminuição social do homem". Mais adiante: "O neoliberalismo reconhece que somente o Estado pode preservar o princípio fundamental da concorrência ameaçada pelo monopólio." (Monopólio privado, claro.) É isso, em resumo.

Digamos então que há neoliberalismo para o gosto de uns e de outros. Dependendo da interpretação, o diabo não é tão feio como se pinta. Fernando Henrique até poderia proclamar-se um neoliberal, com a cautelosa ressalva: em termos. E não precisaria se irritar com quem (como chegou a dizer) "nasceu e vai morrer bobo".

Moacir Werneck de Castro
Jornal do Brasil
18/02/95

Mais Luz

É para o México, sim, que estamos indo. Mas a modernidade, que para lá nos arrasta, quer mais do que se imagina. O México da explosão recente é apenas um ponto de passagem. Os "honrados corruptos", pelo modo como preparam o tapete constitucional para o triunfo das empresas que programam nossa dominação definitiva, querem ir mais longe.

Viagem retrógrada vai dar mesmo no México do ditador Porfírio Díaz, modelo insuspeitado dos administradores regionais eleitos em países como a Argentina e o Brasil. Foi esse caudilho, gauleiter precursor dos modernos de todos os calibres, que fez a milionária concessão pioneira a certo inglês de nome Weetman Pearson para explorar petróleo no Estado de Vera Cruz. Enriqueceu tanto, esse súdito britânico, e tanto serviço prestou com isto a seu país, que recebeu o título nobiliárquico de Lord Cowdray.

Exatamente como tenta fazer neste momento nosso "honrado corrupto", o então respeitável don Porfírio prepara o terreno com a primeira lei sobre o petróleo. O artigo equivalente ao que se quer introduzir na Constituição brasileira declarava ser "sempre mexicana", e sujeita aos tribunais do país, a empresa que se organizasse para a exploração do subsolo. E avançava (modernidade avant la lettre) que todos os estrangeiros empenhados nesse empreendimento seriam "considerados mexicanos".

Quando os promitentes instituidores das "parcerias" dizem que o monopólio petrolífero não deixaria de ser "da União", simplesmente repetem os desenraizados precursores mexicanos do fim do século XIX, pois a propriedade nacional do subsolo era princípio vigorante desde o domínio da Espanha e continuou com o imperador Maximiliano. Só mesmo don Porfírio, o "honrado corrupto", quebraria esse dogma com as concessões arrancadas por ingleses e norte-americanos.

Alguns anos depois, a eletricidade, o petróleo, o ferro, o carvão e o aço estavam definitivamente nas mãos dos estrangeiros "naturalizados" pela lei do ditador. Em 1934, 75% das minas eram dos ingleses, 20% dos norte-americanos e apenas 5% continuavam sob controle dos mexicanos. A população do México era de 16.552.722 habitantes, dos quais somente 161.794 estrangeiros, em cujas mãos se concentravam 53% da riqueza total do país.

Deterding, um dos magnatas da indústria petrolífera, anotou com petulância e verdade não existir outro produto no mundo cujo consumo fosse tão grande quanto a produção. Não havia necessidade de buscar consumidores nem de assegurar contratos de venda: "A única coisa requerida era uma grande bolsa de dinheiro, para garantir o controle de todos os fatores e dos homens necessários."

Até o fim da década de 30, o domínio absoluto do governo do país foi exercido por duas formações monopolísticas, uma inglesa - a Royal Dutch, nascida de pequena empresa holandesa; e a Standard norte-americana, fundada e manipulada por John Rockefeller. No território dos Estados Unidos, esta última chegou a inspirar a "lei antitruste" e a ter sua dissolução decretada

pela Suprema Corte, escapando do controle legal pelo artifício jurídico da divisão simulada em quatro organizações "diferentes": uma Standard em Nova York, uma na Califórnia, uma em Indiana e outra em Nova Jersey. Mas no México reinava solta, frente a frente com a da Inglaterra.

Um dos "homens necessários" no Brasil, cidadão culto e reverenciado pelas repetidas profissões de fé na "modernidade", voltou recentemente à defesa da privatização radical das estatais do petróleo, das telecomunicações e da eletricidade, com o argumento de que não são bastante "rentáveis" para seu gosto.

Além de falacioso, esse argumento fica fora da órbita do interesse real da discussão. De estatais dessa natureza e porte, o que se quer em primeiro lugar não é propriamente a rentabilidade em dinheiro (que elas têm, aliás). O que delas se quer é o manto protetor já estendido por elas - graças à competência e sacrifício dos brasileiros - sobre a soberania atual e futura do Brasil.

O México deixou de ser um país para se transformar em campo de batalha de duas potências em disputa de hegemonia. A Inglaterra e os Estados Unidos faziam e desfaziam governos, pela ação de suas empresas de petróleo. Além de fomentar guerras intestinas e golpes por eles controlados, os monopólios solicitavam a intervenção de seus países. Os Estados Unidos invadiram o México, em 1914, e ocuparam o porto de Vera Cruz. E o secretário de Estado, Hughes, proclamou diante dos mexicanos esmagados: "A Standard antes de tudo".

Em 1938, um patriota chamado Lázaro Cárdenas, conseguiu expropriar o patrimônio das empresas alienígenas, que nada puderam fazer quando buscaram socorro fora. Juridicamente perfeito o ato de soberania: não houve expropriação do petróleo, que continuava propriedade da União. Vingaram-se elas, provocando uma crise igual à de agora: promoveram a depreciação do peso; retiraram seus fundos bancários e compraram divisas estrangeiras. Houve êxodo de capitais.

É para aí que os administradores regionais tentam neste instante nos levar, com a colaboração do Congresso, em jornada retrógrada. O caminho aberto nas ondas deve estar, para eles, muito escuro. Ajudamo-los a ouvir o velho Goethe, quase morrendo e pedindo para seu quarto mehr Licht - mais luz. A culpa deve ser da embarcação, pequena e muito antiga: uma lanterna na popa quando se difunde a iluminação a laser.

Nada conseguem ver, além de dois metros adiante dos narizes. Talvez resolvam apelar para Ney Matogrosso, que acaba de dar ao velho prédio de Mangueiras um ar convincente de novidade e beleza. De qualquer modo, mais luz.

Heraclio Salles
Jornal do Brasil
09/03/95

A crise, o presidente e a revisão da Constituição

Luiz Pinguelli Rosa

A crise da desvalorização cambial mostra a vulnerabilidade da política econômica do governo, que jogou pela janela alguns bilhões de dólares, para "vencer o mercado" e salvar o real, o que significa ser irrealista o dogma do livre mercado e do Estado fora da economia. A questão é como intervir. É ilógica, portanto, a revisão da Constituição em nome do puro liberalismo.

O presidente Fernando Henrique mudou de posição ao incluir entre as emendas à Constituição os monopólios da União, no petróleo e nas telecomunicações, e ao editar medida provisória para alienar concessões de serviço público de energia elétrica. Cuidadoso durante a campanha eleitoral com esses temas, seu discurso de despedida do Senado foi liberal, logo contra-balançado pelo corajoso discurso de posse, desenvolvimentista. Em suas primeiras reações à crise do neoliberalismo no México manteve este estilo, apontando a necessidade de o Brasil sair do mesmo rumo.

Passado o susto do déficit da balança comercial em dezembro, seus economistas relativizaram o exemplo mexicano como inaplicável ao Brasil. Neste tom foi seu discurso a empresários paulistas em fevereiro, entusiasmando o lobby da reforma constitucional, que não houve em 1994 apesar do dispêndio do lobby. Depois de negar que alteraria os monopólios constitucionais em setores estratégicos para o país, propõe sua alteração. Em seguida, nega ser um liberal, com a história do "nhenhê", e critica no Chile FMI e Banco Mundial. Mas, ao voltar, diz que desnacionalizará a Vale do Rio Doce. Como entender?

Em seminário na "Maison des Sciences de l'Homme", em Paris, discutiu-se o "Modelo Cardoso". Segundo Ignacy Sachs, com quem Fernando Henrique sempre manteve relações, está agindo assim para driblar os liberais e fazer a política nacional possível. Deu como exemplo a subida da alíquota de importação de automóveis para segurar o déficit comercial. Atendeu a pressões internas, paulistas, e, agora, desvaloriza o real.

Nesta interpretação, a emenda à Constituição conteria mais do que quer obter. Ou seja, propõe mudar o monopólio exercido pela Petrobras, mas pode negociar a proposta. Quer apenas que faça parcerias. Se o presidente quer manter a Petrobras íntegra, como diz, não precisa mudar a Constituição. Nada a impede de fazer parcerias com o setor privado. Basta o governo querer. Não tem lógica mudar a Constituição para fazer o que pode ser feito sem mudá-la!

Por trás, há pressões para retirar o Estado do setor de petróleo, reduzindo-o ao papel regulador. Mas não está apto para isso. A competência técnica está na Petrobras. O Departamento Nacional de Combustíveis tem poucos engenheiros, mal pagos, e não tem condições de enfrentar grandes empresas e grupos econômicos mundiais.

A proposta do governo de manter o monopólio do petróleo com a União para dar autorizações sem controle legislativo às empresas petrolíferas mundiais é a mesma que não passou na revisão de 1994. Por que insistir? A Petrobras é um instrumento eficiente para a União executar o monopólio do petróleo, um bom negócio disputado por dois oligopólios mundiais. O de países produtores, hoje em baixa, elevou os preços desde os anos 70 até o meio da década de 80. O das "majors" mundiais tornou-se mais flexível, mas dizer que o petróleo tornou-se uma "commodity" no

mercado é ignorar a Guerra do Golfo de 1990. Disputam-se reservas e mercados, dos quais a Petrobras tem uma fatia. É a décima no ranking das maiores refinadoras do mundo.

Querem aumentar a competitividade? A Petrobras compete mundialmente, negocia bem a compra de óleo cru, desenvolve tecnologia e bate recordes em águas profundas. Querem reduzir custos e investir? A Petrobras dá lucro, a despeito da cabeça dura do deputado Roberto Campos, investe-o, se o governo não proibir, e o preço dos derivados pago às refinarias é um dos menores do mundo. Se a empresa tem problemas corporativos, está nas mãos do governo resolvê-los, pois é acionista majoritário e há o contrato de gestão.

As empresas públicas de energia são vistas como um filé mignon por grupos financeiros. Sua venda pode servir para o governo fazer caixa e financiar o déficit público, ou melhor, para pagar juros escorchantes aos credores.

Um "paper" de Gordon Mackerron, da Universidade de Sussex, de novembro de 1994, mostra como os preços da energia subiram mais para os pequenos consumidores, comerciais, residenciais e industriais nos três primeiros anos após a privatização.

O "Regulatory Policy Institute" de Oxford conclui que, em 1991, a energia elétrica era 25% mais cara para o setor residencial e 18,9% para o industrial do que seria sem a privatização. Em dezembro de 1994, o preço de pico atingiu 55 pences por kWh, subindo na média mensal de 2,5 pences/kWh para 6 pences/kWh.

As empresas só investem na geração a gás natural, que está sendo desperdiçado, em uma fase de petróleo barato no mundo, deixando a Inglaterra sem alternativa de usá-lo no futuro, quando o preço do petróleo aumentar por escassez ou pelas restrições ambientais, como as devidas ao efeito estufa em debate na ONU (Organização das Nações Unidas). Investimentos em pesquisa foram todos cancelados após a privatização.

O Brasil vai neste caminho? Muito grave é a proibição do debate no âmbito do governo. Mesmo durante os governos militares houve debates criticando o programa nuclear. A democracia não se reduz ao falso consenso produzido por pesquisas de opinião conjugadas a campanhas de marketing na mídia.

A imprensa distorceu os resultados da pesquisa do Ibase/Doxa. A pergunta aos entrevistados, sobre a Petrobras, foi se aprovam a associação dela com empresas privadas ou parcerias. Mas a proposta do governo é outra. "A União poderá contratar com empresas privadas" no setor de petróleo, excluindo a Petrobras. Portanto, não foi isso que os entrevistados aprovaram. Nas perguntas sobre energia elétrica, telecomunicações e recursos minerais, a maioria dos entrevistados não aprovou as propostas de privatização.

Luiz Pinguelli Rosa, 50, físico, é professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), conselheiro da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e presidente da Associação Latino-Americana de Planejamento Energético.

Folha de São Paulo, 16/03/95

A Armadilha

Herbert de Souza*

Quando se falou da flexibilização do monopólio, alguém perguntou se poderia haver flexibilidade num caso de virgindade. Ficou a dúvida. Creio que o monopólio estatal existe ou não existe. E que alguém que detém o monopólio pode também negociar, como tem negociado, com quem achar que seja vantajoso para o bem público.

Aliás, as empresas estatais em geral têm sido um grande negócio para as empresas privadas, quer através dos preços subsidiados que oferecem, quer pelas compras e outras vantagens que oferecem aos grandes conglomerados. A CSN foi um exemplo clássico de uma vaca estatal que serviu durante décadas às empresas privadas e que depois se transformou em vaca privada dando lucro para ela mesma em grande estilo. A Indústria automobilística agradece a existência da CSN.

Nunca se ouviu dizer que os monopólios estatais, as grandes empresas públicas tenham opção preferencial pelas micro e pequenas empresas, que são geradoras de emprego numa proporção de 6 por 10.

Quando se fala de Petrobras, o Brasil acorda de Norte a Sul, de civil a militar. É com razão. Aí reside uma verdadeira questão de soberania e autonomia nacional.

Pois bem, até a esquerda aceitou a nebulosa proposta da flexibilização. Mas eis que o governo faz uma proposta de emenda à Constituição que diz no artigo 1º: "A União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I e IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer."

Pensei que flexibilização fosse para a Petrobras, que tem capacidade técnica e política instalada para decidir com quem e como contratar, condições para contratar e monitorar, fazer e desfazer segundo o critério do bem e do interesse público. Mas quem é a União, onde está? É o presidente que vai gerir, por cima da Petrobras, os negócios do petróleo do país? Por que não através da Petrobras? Que atalho é esse?

Razões existem e gostaria de conhecê-las. Mas começo por dizer que ou alguém introduziu essa mudança na calada da noite para tentar passar, ou o governo mudou sua posição e decidiu acabar com o monopólio da exploração de uma das maiores e mais importantes e vitais riquezas do Brasil sem assumir publicamente essa posição. Nos dois casos, a questão é grave e o país não pode aceitar. Que se coloque no artigo 1º que a Petrobras poderá contratar empresas privadas e tudo estará bem. Na verdade, nem precisa de reforma constitucional para se fazer isso. Pode ser mais simples e direto.

Temos ainda tempo para resolver esse problema" o governo pode mudar sua proposta e o Congresso também pode rejeitar uma proposta que mais se parece a uma armadilha cujo valor está orçado em bilhões de dólares. Somos ricos

em petróleo. Temos uma das maiores empresas de petróleo do mundo. Temos uma capacidade tecnológica instalada na área do petróleo que ninguém em sã consciência pode ignorar.

Muito bem. Se quer combater o corporativismo, eu também quero. Se quer combater os monopólios sem sentido e que atrasam o desenvolvimento do país, eu também quero. Mas não quero ser passado como o bobo, um idiota que compra uma tese genérica e acaba entregando a própria roupa para os vivíssimos atores dessa grande ilusão chamada mercado, sempre livre na hora do discurso e sempre controlado na hora da decisão.

Resisti durante muito tempo a me pronunciar sobre as privatizações. Quero declarar agora, como cidadão brasileiro, que sou contra todo ato que signifique entrega de patrimônio público para fins de lucros privados, que ainda penso que existe o interesse nacional e que é fundamental haver ética.

O patrimônio público deve ser preservado e essa é uma obrigação primeira do presidente da República, sob pena de traição aos interesses nacionais. Crime previsto na Constituição.

Quero declarar e apelar à sociedade para que também se declare, que vamos com calma em relação ao petróleo. Por enquanto, o petróleo é nosso e não deve ser dado através de subterfúgios da reforma constitucional.

Finalmente, gostaria de ver todas as empresas estatais transformadas em empresas públicas controladas por uma parceria entre a sociedade civil brasileira e o Estado. Nem estatais nem privadas, mas públicas, democráticas, controladas pela sociedade civil organizada. Nem o Mercado sozinho nem o Estado com todos os interesses privados escondidos no seu interior, mas a sociedade que afinal pode atender aos interesses e direitos da cidadania.

Que as empresas estatais tenham um novo estatuto, deixem de ser as empresas do presidente de turno, para serem as empresas da sociedade brasileira. Essa é a reforma que interessa. E essa eu apóio com entusiasmo.

Ainda temos tempo para dar um novo rumo a esse processo de mudança. Vamos mudar para melhor, através do critério da democracia e não dos interesses imediatos, curtos e duvidosos do mercado. E ainda em tempo: a Petrobras existe e é fundamental para a existência de um país chamado Brasil. Isso é apenas o óbvio.

(*) Sociólogo, diretor-geral do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e articulador nacional da Ação da Cidadania contra Miséria e pela Vida.

Jornal do Brasil, 16/03/95

■ Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ

CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774

■ Boletim da AEPET

■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Graphis Comunicação & Design Ltda. - Tel.: 220-2566/240-4395